



REVISTA

uff

Mais de 100 especialistas em meio ambiente na UFF

Seis meses para aprender as novas regras do português

O 'x' da segurança é a garantia da diversidade

Nesta edição

c.i.ê.n.c.i.a

Um debate atual coloca duas posições científicas lado a lado, para fornecer subsídios aos leitores interessados nas questões de comportamento.

s.a.ú.d.e

Conheça o Crasi, um serviço inovador de atendimento para idosos e suas famílias.

o.p.i.n.i.ã.o

A professora Ana Paula Miranda discute, em seu artigo, a questão da segurança no cotidiano das cidades, alertando os gestores para as diferentes formas de ocupação e uso dos espaços urbanos, que leve em consideração as demandas dos diferentes segmentos da população e, ao mesmo tempo, facilite as formas de acesso à justiça e às instituições de administração de conflitos.

e.d.u.c.a.ç.ã.o

Faltam seis meses para você se acostumar com as novas regras da Língua Portuguesa. Veja o que mudou e as melhores maneiras de memorizá-las.

t.e.c.n.o.l.o.g.i.a

A UFF tem uma rede de mais de 100 especialistas que criam soluções inovadoras na área de meio ambiente, para atender às demandas de empresas públicas e privadas ou de governos.

m.e.i.o a.m.b.i.e.n.t.e

Lixo, lixo, lixo e mais lixo nas cidades. O que fazer com tanto lixo? A nova legislação, chamada de Política Nacional de Resíduos Sólidos, traz exigências para o poder público, empresas, catadores e população.

l.i.t.e.r.a.t.u.r.a

Dentre os últimos lançamentos da Editora da UFF, estão a coletânea de DVDs que tratam das memórias da escravidão no Vale do Paraíba e o livro “Silvio Santos Vem Aí”, que analisa os mecanismos de produção de sentido dos programas que envolvem o espectador brasileiro há 50 anos.

A origem da violência está no cérebro ou é inerente às relações humanas?

Dois especialistas da UFF, que recentemente publicaram estudos, cada uma no seu campo de atuação, defendem os seus respectivos pontos de vista, que retratam o debate atual e ajudam a esclarecer o que de mais moderno se discute no mundo científico a esse respeito.

Pesquisadora do Instituto Biomédico, Letícia de Oliveira vem trabalhando com a análise de imagens cerebrais e, em pesquisa desenvolvida em Londres, em 2011, utilizou a metodologia de reconhecimento de padrões destas imagens para identificar adolescentes em situação de risco de desenvolver distúrbio bipolar. (Veja matéria sobre o assunto [AQUI](#))

Esse mesmo procedimento está sendo aplicado agora, em colaboração com o grupo de Londres, para investigar o impacto da violência no cérebro das pessoas. O estudo está sendo realizado com os dados de ressonância magnética obtidos em imagens cerebrais coletadas no Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ, com 32 voluntários sem patologias.

Esses estudos, no entanto, têm provocado a reação de pesquisadores das áreas humanas, como a professora Marília Etienne Arreguy, da Faculdade de Educação. Em pesquisa desenvolvida na Universidade Paris-Diderot, na França, Marília Etienne alerta sobre os riscos que esses trabalhos neurocientíficos envolvem, ao relacionarem as emoções ou o comportamento violento ao funcionamento cerebral. Ainda que essa correlação esteja baseada em técnicas de “imageamento” cerebral cada vez mais apuradas, não se pode ignorar a condição inesgotável dos afetos humanos e da violência intrínseca à vida em sociedade. (Veja o estudo [AQUI](#))

Para Letícia de Oliveira, esses resultados neurocientíficos são como um marcador de vulnerabilidade, capazes de fornecer uma indicação de quão vulnerável é um adolescente para desenvolver a patologia. A importância dos estudos é tentar amenizar ou evitar o desenvolvimento de uma doença, pois muitas patologias mentais têm início no fim da adolescência.

No entanto, segundo Marília Etienne, aí se encontra outro risco, o da excessiva medicalização de jovens e crianças. Com os avanços da psicofarmacologia e suas poderosas indústrias, diz a pesquisadora, desde meados do século XX, qualquer transtorno emocional passou a ser controlado com medicamentos, dada a infinidade de substâncias psicoativas que surgem também, cada vez mais, no mercado.

Levando-se em conta a própria plasticidade neural do cérebro humano, a sua capacidade de se modificar e as interações inegáveis que cada pessoa estabelece com seu ambiente e com os outros, pergunta Marília, seriam as alterações cerebrais causa ou consequência dos diferentes tipos de comportamento durante a vida?

Não há dúvida, de acordo com Letícia de Oliveira, de que os resultados neurocientíficos são fruto da plasticidade neural em decorrência dessa interação do ser humano com o ambiente, mas o que o arcabouço biológico representa são as potencialidades de cada um, afirmou.



Clique nas imagens para assistir aos vídeos.

Ousar impedir as pesquisas neurocientíficas poderia ser da ordem de um novo obscurantismo, admite Marília Etienne, e, na realidade, alguns autores, com perspectivas neurocientíficas mais abertas à transdisciplinaridade e ao saber psicanalítico, já propõem a construção de laboratórios conjuntos para a produção de trabalhos interdisciplinares que deem conta da complexidade do comportamento humano.

Huap oferece atendimento especializado para pacientes com demência e seus familiares

Todas as quartas-feiras, das 13h às 15h, uma equipe de profissionais de diversas áreas da UFF, como psicólogos, fonoaudiólogos, geriatras, fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais e enfermeiros, trabalha na reabilitação cognitiva dos pacientes idosos e já com algum grau de demência, e no suporte psicossocial aos familiares e cuidadores. Essa é a função do Centro de Referência em Assistência à Saúde do Idoso (CraSi), organizado pelo Serviço de Geriatria do Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap).

Coordenado pela médica geriatra Yolanda Eliza Moreira Boechat, o CraSi promove, além de sessões individuais, diversas atividades em grupo, como teatro, fotografia, educação física, pintura, oficina de memória, salas de cinema, com filmes sugeridos pelos profissionais, e até de música, com a participação dos pacientes

em corais. “Outro método que utilizamos nessas atividades em grupo é o de mostrar textos de grandes autores, como Clarice Lispector, e transferir o que está escrito ali para a realidade desses idosos”, explicou a coordenadora.

Os idosos são encaminhados ao programa pelos postos de saúde da rede municipal, ou por meio dos atendimentos no próprio Huap, porém, antes de iniciar os atendimentos especializados, a equipe de profissionais faz um rastreamento multidimensional de cada paciente. São realizadas reuniões de grupo com pacientes e familiares, em salas separadas e, no caso dos pacientes com demência, existem dois grupos: um na fase inicial e outro no estágio mais avançado da doença.

Para a idealizadora e criadora do projeto, professora Vilma Câmara, é de suma importância

a terapia dirigida aos familiares e cuidadores dos pacientes, já que a doença acaba criando uma barreira no relacionamento com o idoso. “O grupo dos familiares visa restabelecer os laços que foram rompidos com o início da doença e, no caso dos cuidadores, orientar sobre a maneira correta para lidar com o paciente.”

A história do CraSi começa em 1987, quando a médica Vilma Câmara passa a coordenar o laboratório de neurologia comportamental e demências no Huap, tendo criado um programa de extensão, de atendimento interdisciplinar para os pacientes com demência e seus familiares, que era chamado de Programa Interdisciplinar de Geriatria e Gerontologia, que começou a funcionar plenamente em 1992. Devido ao sucesso do programa e ao seu crescimento, em 2002, esse grupo integrou-se ao laboratório do Huap, dando início ao CraSi, no qual Vilma Câmara, hoje aposentada, continua trabalhando como voluntária.

Por semana, mais de 20 idosos, de Niterói e municípios vizinhos, comparecem ao encontro, que é realizado no Mequinho, Avenida Jansen de Melo, 174, Centro, Niterói.



Segurança, cidades e população: quando o 'x' da questão é a garantia da diversidade

Professora Ana Paula Mendes de Miranda
Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF

A associação da (in)segurança ao cotidiano das cidades é comumente apresentada como uma das consequências do crescimento populacional e da ausência de políticas públicas. Essa visão do senso comum oculta uma ideia de que a cidade segura deve ser um espaço homogêneo, o que acaba reforçando a ideia da segregação espacial como uma solução possível para os problemas das cidades. Não pretendo aprofundar essa questão, mas, sim, partir dela para argumentar que a equação cidade/população/segurança não pode ser tratada sob o paradigma da imposição da ordem.

Minha convicção baseia-se nos dados construídos por um conjunto de pesquisas empíricas desenvolvidas, desde 2002, pelos integrantes do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep/UFF). Nesse período, o referido núcleo tem sido procurado por prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, geralmente a partir das secretarias municipais de Segurança Pública, para a realização de diagnósticos e elaboração

de planos de segurança pública municipal.

A primeira dimensão que gostaria de destacar é o descompasso institucional no que se refere aos processos de formulação de políticas públicas. Se as cidades têm sido objeto de planejamento urbano há algumas décadas, apenas recentemente a segurança tornou-se um objeto de discussões no âmbito municipal, sem que ainda hoje se tenha clareza do que se pode e deve fazer nessa área.

Além da constatada falta de sintonia entre os planos estratégicos das cidades e a segurança pública, entendida aqui como campo de relações onde se efetiva o direito à cidadania, é preciso salientar que a incorporação de conceitos oriundos do planejamento empresarial para a gestão de políticas públicas tem resultado no desenvolvimento de um modelo de cidade-mercadoria, desvinculada da garantia dos direitos fundamentais do cidadão, e fragmentada em territórios desenhados para a es-

peculação imobiliária.

Nesse cenário, a segurança pública não pode ser concebida, tal como vem sendo historicamente tratada em nosso país, como uma imposição de uma ordem estatal instituída, que está unicamente vinculada às formas de repressão à criminalidade violenta e aos conflitos sociais. Recentemente é que a segurança pública começou a deixar de ser um tema exclusivamente restrito às óticas jurídica - os criminalistas - e militar, para passar a ser concebido sob uma perspectiva transdisciplinar.

Outro aspecto característico das intervenções institucionais, policial e judicial, é o seu direcionamento voltado à repressão dos criminosos e não de crimes, revelando uma concepção altamente arbitrária e seletiva, que deixa claro que modelo de cidadania se tem na prática.

Pensar de forma articulada sobre cidade/população/segurança significa buscar compreender

as diferentes formas de habitar as cidades e os usos que seus diferentes públicos fazem dela. É analisar as ocupações urbanas levando em consideração as demandas por reconhecimento dos grupos ocupacionais que fazem da rua seu local de trabalho (camelôs, vigias, etc.). É buscar compreender quais os conteúdos e os significados de atos que são designados genericamente como violência, mas que em vários casos revelam conflitos entre diferentes atores em disputa na transformação das cidades, bem como discutir as formas de acesso aos sistemas de justiça e aos modelos institucionais de administração de conflitos acionados nesses contextos de interação.

A resolução desses problemas não está, obviamente, na fórmula mágica de mais repressão. Está na compreensão dos dispositivos institucionais envolvidos nas reivindicações de justiça e de direito, de modo que as críticas aos modelos de administração institucional de conflitos possam contribuir para suscitar transformações significativas na estrutura urbana, arquitetônica e social das cidades. Mudanças estas que deem conta das formas estéticas e de sociabilidade locais que compõem o “espaço público” não como uma terra de ninguém, ou algo que pertence ao Estado, mas como um espaço simbólico de interações, no qual os atores buscam dar visibilidade às suas demandas por direitos e reconhecimentos.

A solução para a equação cidade/segurança/população deve ser buscada na formulação de políticas públicas que considerem essa complexa interação no seio das cidades, considerando-se os distintos pontos de vista de seus habitantes e suas maneiras de viver e construir “novos” e diferentes espaços. Tal perspectiva distingue-se da recorrente prática de importação de modelos de metrópoles ou de segurança que privilegiam a cidade-mercadoria.

Acordo Ortográfico começa a valer a partir de janeiro de 2013

Prazo de adaptação às normas vai até o final de 2012

As novas regras da Língua Portuguesa, que já estão presentes no Brasil desde o dia 1º de janeiro de 2009, ainda causam dúvidas frequentes entre os praticantes do idioma, que têm prazo de adaptação até dezembro deste ano. Nesse período de transição, as duas formas de escrever serão consideradas. Entretanto, educadores já as utilizam nas escolas, pois acreditam que quanto antes as regras forem ensinadas, mais facilmente serão absorvidas, e o governo também já determinou às editoras que só enviem para as escolas públicas livros com a nova grafia.

A nova reforma ortográfica abrange os oito integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste - que têm o português como idioma oficial. Mas, no caso do Brasil, apenas 0,43% das palavras sofre-

ram mudanças, e, em todos eles, a reforma atinge apenas a escrita. Ela tem o objetivo comum de diminuir ao máximo as diferenças entre os falantes do português, contribuindo para a criação de um padrão no ensino e em publicações oficiais, além de aumentar e melhorar o intercâmbio cultural e científico.

No Brasil, essa é a terceira reforma ocorrida, tendo sido a primeira realizada em 1943 e a segunda, em 1971

No Brasil, essa é a terceira reforma ocorrida, tendo sido a primeira realizada em 1943 e a segunda, em 1971. As principais regras envolvem a anulação do trema em todas as palavras, do acento nos hiatos “oo” e “ee”, e do acento nos ditongos abertos ‘ei’ e ‘oi’ de palavras paroxítonas. Também deixa de existir o acento diferencial em palavras homógrafas, ou seja, palavras que se escrevem da mesma maneira, mas têm pronúncia e/ou significado diferentes. Além disso, inclui as letras ‘k’, ‘y’ e ‘w’ no alfabeto brasileiro e estabelece novas regras para o uso do hífen.

Alguns exemplos de palavras que sofreram alterações

A forma verbal “para” deixou de ser acentuada se igualando à preposição para (caso das palavras homógrafas).

A palavra “frequência” perdeu o trema, assim como todas as outras palavras.

O vocábulo “enjôo” perdeu o acento circunflexo, bem como todos os outros hiatos “ee” e “oo”.

A palavra “infraestrutura” perdeu o hífen, assim como todas as outras com prefixo terminando em vogal e o segundo elemento começando com uma vogal diferente.

e.d.u.c.a.ç.ã.o

Alunos ainda não se sentem familiarizados com as normas. Pedro Macêdo, 18 anos, estudante de pré-vestibular, diz não se sentir preparado para realizar as provas. Segundo ele, apesar de ter aprendido as novas regras na escola, não realizou exercícios de fixação. Ele resalta ainda que suas maiores dificuldades são com os novos empregos do hífen.

Segundo a professora da UFF Mariangela Rios, não há motivos para resistência ao acordo. “Os mais antigos, alfabetizados na antiga ortografia, costumam, num viés meio saudosista, se manter presos à tradição. A melhor dica para absorver uma regra é usá-la no dia a dia. Como o acordo prevê maior simplificação, com supressão de acentos e tremas, tudo fica mais fácil. A leitura de textos na nova ortografia também concorre para sua absorção.”

Na internet, o site www.ortografa.com.br surgiu com o objetivo de ajudar, de forma simples, os que têm dificuldade com a nova grafia, em que por meio de uma caixa de texto, a pessoa digita o que desejar e o sistema corrige de acordo com a regra atual ou oferece dicas de auxílio. Também foram lançados livros dedicados a mostrar e explicar as normas, dentre eles, “A Reforma Ortográfica em versinhos”, escrito por Maurício de Sousa, que, com o pano de fundo da “Turma da Mônica”, pretende apresentar às crianças as mudanças da reforma. Além disso, sites educacionais também já aderiram à nova escrita, como o site de nossa universidade, que adotou as mudanças desde que a reforma foi acordada.



“A Reforma Ortográfica em versinhos”, livro escrito por Maurício de Sousa, pretende apresentar às crianças as mudanças da reforma

A UFF tem uma rede de mais de 100 professores destinada a oferecer soluções de tecnologia ambiental

O Núcleo de Extensão Rede UFF de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Remads-UFF) congrega desde engenheiros, químicos, biólogos, geógrafos e geólogos até médicos, pedagogos e profissionais da área de comunicação, todos atuando de maneira integrada para oferecer soluções de tecnologia ambiental.





Amostrador de água, um coletor específico para águas rasas, desenvolvido e patenteado pela UFF

A partir das demandas apresentadas por empresas privadas, públicas ou governos, o Remads-UFF identifica as competências dentro da universidade e monta propostas que criem soluções inovadoras nas áreas de resíduos domésticos e industriais, licenciamentos, impactos ambientais, emissões atmosféricas, créditos de carbono, numa complexidade cada vez maior, conforme o país vai se desenvolvendo.

Coordenado pelo professor Júlio César Wasserman, do Departamento de Análise Geoambiental, o Remads-UFF desenvolve atualmente projetos com a Petrobras, Odebrecht, OAS, LLX, MMX, dentre outras empresas, sempre com o objetivo de oferecer soluções customizadas, ou seja, específicas para cada cliente e sempre inovadoras.

Além das soluções de tecnologia, o Remads também tem trabalhado no desenvolvimento de produtos, como um amostrador de água específico para águas rasas. Por demanda do Consórcio Ambiental Lagos São João, que incorpora municípios da Região dos Lagos, o coletor foi desenvolvido para atender à necessidade do cliente, que precisava coletar amostras em profundidades bem precisas, a dez centímetros do fundo do Rio São João. Os especialistas envolvidos nesse trabalho criaram o amostrador de água que foi, inclusive, registrado para a obtenção de patente no Escritório de Transferência de Conhecimento da UFF. Este amostrador desce na água aberto e, ao chegar na profundidade desejada, ele se fecha, retraindo a água daquele nível e trazendo à tona as amostras necessárias para análise.

Dentre os projetos que estão em andamento, o coordenador Júlio Wasserman relaciona o plano estratégico para o desenvolvimento da Baía de Sepetiba que permitirá o zoneamento de atividades naquele ecossistema de forma que sejam o menos impactantes possível para o meio ambiente. Dentre as atividades previstas para serem instaladas na região, pode-se citar a construção de um terminal de petróleo, novos portos, estaleiros e indústrias de transformação..

Outro projeto importante e em andamento, diz Wasserman, é a avaliação dos rejeitos da Estação de Tratamento de Água (ETA) da empresa Águas de Juturnaíba, que fornece água

para a Região dos Lagos. Nesse caso, diz o coordenador do Remads, durante mais de 30 anos a ETA lançou um lodo do tratamento rico em alumínio diretamente na represa, gerando um grande passivo ambiental que pode ameaçar a sustentabilidade do processo de captação de água e abastecimento da região. O objetivo, nesse caso, é identificar se há riscos para o consumo humano e, para isso, está sendo feita uma avaliação química do resíduo, para verificar se o alumínio deste lodo pode estar contaminando a água distribuída na região. Nesse estudo, o núcleo conta com recursos do Programa Pensa-Rio da Faperj.

Na mesma região, o Remads está finalizando um trabalho financiado pelo programa Petrobrás Ambiental para avaliar a qualidade da água dos rios afluentes que chegam a essa mesma represa. Com o estudo os pesquisadores do Remads identificaram altas concentrações de alumínio na água, motivando a realização do projeto de avaliação dos resíduos da ETA, mencionados acima.

Nesse mesmo contexto, uma outra empresa da região, a Prolagos solicitou um estudo da qualidade da água para verificar a possibilidade de instalação de uma nova Estação de Tratamento de Águas no baixo curso do Rio São João. O estudo verificará se é possível construir uma estação de captação de água próxima à desem-

bocadura do rio, a fim de atender à população dos bairros de Unamar e Barra de São João no município de Cabo Frio.

O Remads atua ainda em vários estaleiros. Um deles é o Estaleiro da Ilha S.A., no processo de licenciamento do que deverá ser o maior estaleiro da América Latina, a ser instalado em Alagoas. Nesse caso, o Remads está dando suporte técnico aos estudos de impacto ambiental.

No Estado do Rio, o Remads está dando suporte ao Estaleiro Brasa, uma nova instalação que fica na Ilha do Caju, para desenvolver um processo de gestão ambiental, fazendo análises do solo para verificar os níveis de contaminação, condição à

liberação das obras. Lá, diz Wasserman, o solo é contaminado, tem mercúrio, poluentes diversos e, nesse caso, os especialistas tiveram de averiguar se esses níveis de poluição estavam acima do que a legislação permite. Os níveis verificados, diz o coordenador, estavam abaixo da legislação brasileira, mas ainda assim eram relativamente elevados, e foi preciso propor um programa de biorremediação para que este solo não permanecesse exposto e contaminado.

Foi o Remads ainda que fez o monitoramento ambiental do Complexo Petroquímico da Petrobras (Comperj), de 2008 a 2010. Foram 25 meses de monitoramento a um custo de

“O nosso papel é dizer como está o meio ambiente onde localiza-se o empreendimento, mas vocês têm de fazer tais e tais procedimentos para diminuir ao máximo o impacto desse empreendimento.”



Guyana, aparelho que faz medições de mercúrio volátil na atmosfera da Amazônia

R\$5,5 milhões. Nesse projeto, trabalhou um grupo interdisciplinar de 15 professores e 45 bolsistas envolvendo as áreas de demografia, economia, geografia, geologia, oceanografia, modelagem, química e engenharia química. Foi necessária a aquisição de vários equipamentos como o de cromatografia gasosa acoplado a um de espectrometria de massas que, sozinho, custou R\$500 mil, e que ficaram instalados no Instituto de Química da UFF. Os resultados, afirma Wasserman, foram um sucesso, pois atenderam ao que o cliente demandou, e o empreendimento não teve problemas ambientais.

As empresas apresentam os relatórios da universidade ao Poder Público (agência ambiental, Ministério Público, etc.), que os considera consistentes, coerentes e que ainda contêm as medidas que devem ser tomadas.

Novas exigências para o tratamento de resíduos sólidos

Depois de 21 anos tramitando no Congresso Nacional, finalmente, em agosto de 2010, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Dentre os tópicos principais, a nova lei proíbe a existência de lixões a céu aberto e determina a criação de aterros sanitários para o lixo sem possibilidade de reaproveitamento. O tratamento do lixo é uma atribuição das prefeituras, e, para a construção desses aterros, poderão ser formados consórcios de municípios. Pela nova lei, o governo federal só repassará recursos para limpeza e manejo de resíduos para as prefeituras que tenham um plano de gestão aprovado.

A PNRS também responsabiliza as empresas pelo recolhimento de produtos descartáveis, que é a chamada logística reversa, ou seja, quando as indústrias ficam obrigadas a recolher embalagens usadas de produtos agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes e todos os tipos de lâmpadas e eletroeletrônicos. A PNRS ainda incentiva a indústria de reciclagem e pretende formalizar o trabalho dos catadores, antes voluntário.

A Revista UFF entrevistou três professores da universidade ligados ao tema: Antonio da Hora, do Departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental; Emílio Maciel Eigenheer, do Departamento de Filosofia e, desde 1985, responsável pela primeira experiência brasileira de coleta seletiva de lixo e que é feita no bairro de São Francisco, em Niterói; e Fernando Beiriz, do Departamento de Telecomunicações, especialista em lixo eletrônico, com uma tese sobre a questão ambiental de logística reversa para resíduos da indústria da construção civil.

RU - Quais as vantagens e desvantagens dessa lei?

Antonio da Hora - Ela deveria ser um pouco mais contundente no sentido de erradicar todos os lixões. O principal problema ambiental é a falta de saneamento como um todo - o tratamento do esgoto, o resíduo, a forma de coleta, a coleta seletiva, o transporte inadequado e o lançamento do lixo. Estamos dando um passo importante ao destinar adequadamente o lixo, que é fazer o aterro sanitário. Precisamos ter uma política que sinalize um avanço tecnológico. Por

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Agora é lei

Novos desafios para poder público, empresas, catadores e população

Marco histórico da gestão ambiental no Brasil, a lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos lança uma visão moderna na luta contra um dos maiores problemas do planeta, o lixo urbano. Tendo como princípio a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população, a nova legislação impulsiona o retorno dos produtos às indústrias após o consumo e obriga o poder público a realizar planos para o gerenciamento do lixo. Entre as novidades, a lei consagra o viés social da reciclagem, com participação formal dos catadores organizados em cooperativas. Promulgada no dia 2 de agosto de 2010, após amplo debate com governo, universidades, setor produtivo e entidades civis, a Política Nacional promoverá mudanças no cenário dos resíduos.



exemplo, as latinhas no Brasil já são quase 100% recicladas. Isso também pode ser feito com plástico, pneu, papel. Enterra-se o que pode ser reciclado. O lixo não aproveitado pode ser transformado em combustível para produção de energia. Deixa de ser problema e passa a ser insumo.

Emílio Maciel Eigenheer - A dificuldade maior da lei está nos custos elevados de implantação e manutenção dos sistemas sugeridos. Financiá-los será um desafio para as municipalidades e mesmo para a iniciativa privada, principalmente se levarmos em conta as desigualdades socioculturais da população e as diferenças regionais.

Fernando Beiriz - Uma das vantagens da lei é a logística reversa. Os produtos antigamente tinham uma vida útil muito longa - uma TV durava 30 anos. Com a nova lei, cada produtor é responsável, ao término da vida útil do produto, pelo seu retorno ao processo produtivo, ou para outro aproveitamento, ou então como “rejeito” para o aterro sanitário. Acho que poderia ser dado um incentivo para produtores e consumidores. Na microeletrônica são utilizados vários metais nobres que vão acabar como cobre, ouro, chumbo. No exterior, por exemplo, o desmonte da TV já é facilitado com o uso de cores do que pode ser reaproveitado.

RU - Como a universidade poderá contribuir para a aplicação da PNRS?

Antonio da Hora - A universidade poderá contribuir formando pessoal nas áreas de engenharia ambiental, geologia, educação ambiental, construção civil, ciências sociais, biologia, etc., mas também poderá qualificar pessoas para atuar nos municípios que irão projetar e operar essa nova fase de construção de aterros sanitários. Outra tarefa será descobrir novos processos para o aproveitamento de resíduos e a criação de novos produtos, como a garrafa PET virar mangueira, etc.

Emílio Maciel Eigenheer - A UFF terá de elaborar, por força da lei, seu plano de gerenciamento de resíduos. Essa medida não apenas ajudará a superar algumas dificuldades atuais, como poderá servir também para o treinamento e estudo de alunos de vários cursos da área ambiental.

Fernando Beiriz - A universidade poderá contribuir, principalmente, com a formação de engenheiros de meio ambiente. Esses profissionais vão colaborar na criação, desenvolvimento e execução de projetos que evitem a degradação e preservem o meio ambiente.

http://www.cempre.org.br/download/pnrs_002.pdf

Lançamentos Eduff



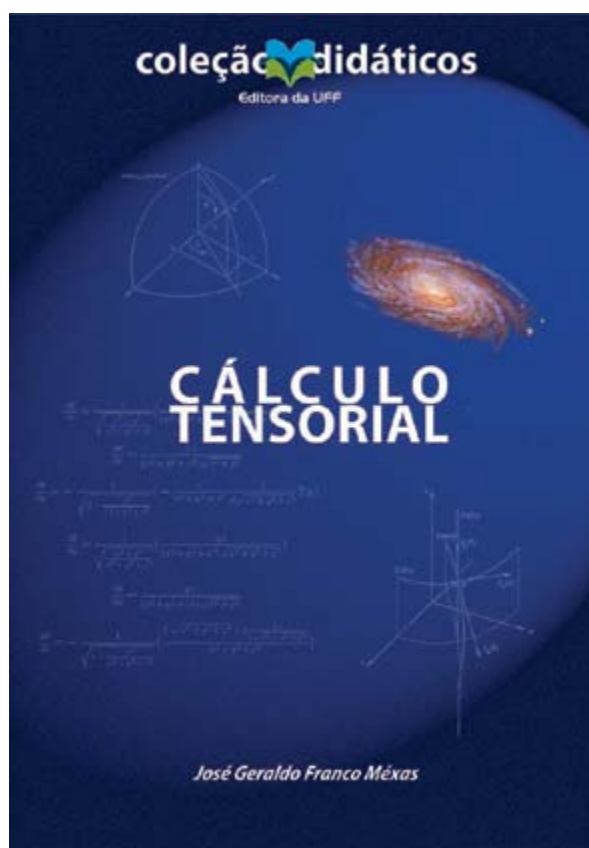
Título: Silvio Santos Vem Aí - programas de auditório do SBT numa perspectiva semiótica

Autora: Silvia Maria de Sousa

Preço: R\$ 34

Páginas: 160

Numa análise semiótica do Programa Silvio Santos, a obra procura detectar os mecanismos de produção de sentido, tanto no plano do conteúdo quanto no da expressão, que envolvem o espectador brasileiro há 50 anos, estabelecendo com ele um contrato de confiança e adesão. Para tanto, a autora analisa minuciosamente a linguagem sincrética, múltipla e diversificada que constitui o programa de TV, estabelecendo articulações entre som e imagem, movimento e iluminação, gestualidade e utilização do espaço cênico. Tece, ainda, importantes considerações a respeito de conteúdos associados ideologicamente aos valores conservadores e à mitologia capitalista do sucesso, da conquista e do poder dos mais fortes, tão atrelada à imagem do apresentador, de um homem que enriqueceu com “trabalho duro”.



Título: Cálculo Tensorial

Autor: José Geraldo Franco Méxas

Preço: R\$ 27

Páginas: 176

A noção de tensor aparece nos estudos de mecânica analítica, relatividade, eletromagnetismo, mecânica dos sólidos e mecânica dos fluidos. É, portanto, um tópico de suma importância, não só para os físicos, mas também para aqueles que atuam em várias áreas das ciências exatas. Integrante da coleção Didáticos da Editora da UFF, em Cálculo Tensorial, o professor José Geraldo Méxas aplica a experiência adquirida ao longo dos anos em sala de aula, apresentando o conteúdo de forma objetiva. As demonstrações são desenvolvidas em detalhes para que o leitor se familiarize com a manipulação dos índices dos tensores. Evitou-se o uso da eliminação dos símbolos dos somatórios, tornando assim mais claro o entendimento das fórmulas tensoriais. Procurou-se, ainda, dar ênfase à natureza geométrica da teoria sem perder de vista as suas aplicações.



Título: Fronteiras em movimento: História comparada - Argentina e Brasil no século XIX

Autora: Maria Verônica Secreto

Preço: R\$ 39

Páginas: 237

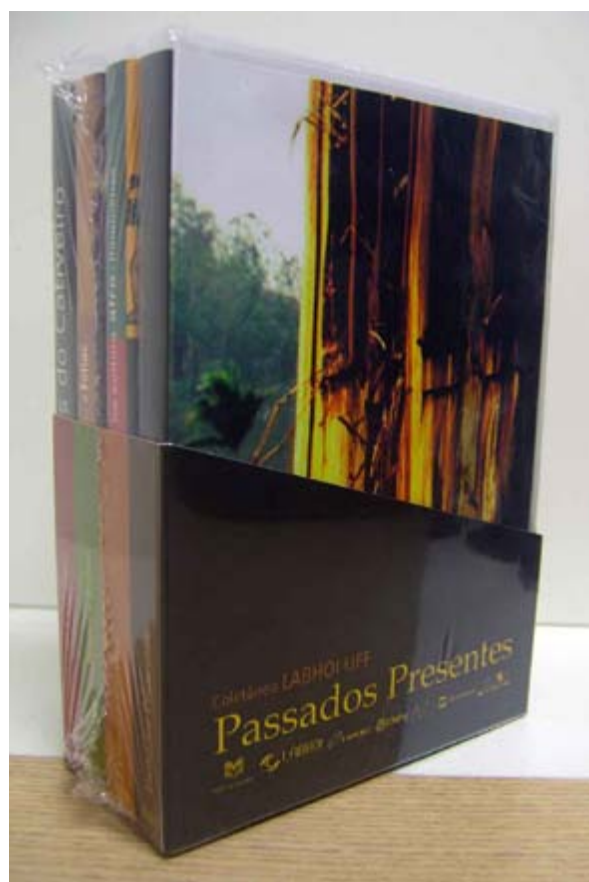
A historiadora parte da ideia de que a abundância relativa de terras, no Oeste Paulista e no sudeste da província de Buenos Aires, contribuiu fortemente para gerar um tipo específico de sociedade, na segunda metade do século XIX. Àquela época, as grandes extensões de terra foram incorporadas à produção para responder à demanda gerada pelo mundo industrializado: algodão dos Estados Unidos, café da Venezuela e do Brasil, lã dos pampas argentinos, etc. Geograficamente, as planícies norte-americanas, os pampas sul-americanos e as estepes do sul da Rússia e da Hungria eram semelhantes; por esse motivo todas desenvolveram o mesmo tipo de agricultura, a dos cereais, mas do ponto de vista político, social e legal havia grandes diferenças. Esse livro - por meio da comparação entre duas regiões incorporadas ao sistema mundial nesse período - tenta em grande medida explicar essas diferenças.

Título: Passados Presentes (DVDs)

Projeto do Labhoi

Preço: R\$ 40

Coletânea de quatro documentários produzidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi), que retrata a memória da escravidão entre os descendentes de escravos das antigas áreas cafeeiras do Vale do Paraíba. Inédito, traz uma história pouco conhecida da escravidão, a partir da memória e tradição oral dos descendentes de escravos nos antigos domínios da família Souza Breves, que correspondem hoje às cidades de Pinheiral e Bracuí. Os outros três filmes são: “Memórias do Cativo” (2005), “Jongos, Calangos e Folias” (2007) e “Versos e Cacetes” (2009).





Universidade Federal Fluminense



SUPERINTENDÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Expediente

Superintendente de Comunicação Social:
Rosane Pires Fernandes

Editora-executiva: Maria Léa Monteiro de Aguiar

Projeto Gráfico e Diagramação: Alvaro Faria

Redatores:

Marcela Macedo

Maria Léa Monteiro de Aguiar

Nívia Passos

Regina Schneiderman

Vídeos: UFF Imagem

Produção: Sandra Filgueiras e Wilson Paraná

Imagem: Rafael Saar e Ronaldo Coelho

Revisora: Sonia de Onofre

Contato

Telefone: (21) 2629-5240

E-mail: revistauff@vm.uff.br